MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**Despacho Normativo n.º 2/89**

Considerando que se mantêm as razões que estiveram na base do Despacho Normativo n.º 37/88, de 31 de Maio, nos termos do artigo único do Decreto n.º 17/76, de 15 de Janeiro, determino que seja prorrogado até 30 de Junho de 1989 o período de vigência do Despacho Normativo n.º 37/88, de 31 de Maio.

Ministério das Finanças, 19 de Dezembro de 1988. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *José de Oliveira Costa*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PISCAS E ALIMENTAÇÃO**Portaria n.º 10/89**

de 5 de Janeiro

Considerando que no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 3828/85 e ao abrigo do seu artigo 12.º foi aprovado pela Comissão das Comunidades Europeias (CCE) o Programa Nacional de Produção de Sementes de Cereais e de Forragens;

Atendendo a que as condições de execução do referido Programa, constantes da Portaria n.º 196/88, de 25 de Março, carecem de alguns ajustamentos em virtude do envolvimento da Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo — FENACAM no processo de implementação do Programa em causa, ao abrigo do contrato entretanto celebrado entre o Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA) e esta Federação;

Considerando finalmente que as alterações ora introduzidas permitirão uma nítida melhoria da implementação do Programa através da disponibilização dos meios técnicos necessários para o efeito:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/87, de 4 de Março, o seguinte:

1.º O Programa Nacional de Produção de Sementes de Cereais e de Forragens tem como objectivo melhorar quantitativa e qualitativamente a produção nacional de sementes de cereais e de forragens, através de incentivos financeiros, sob a forma de subsídios a fundo perdido:

À instalação ou reinstalação de produtores de semente, base ou certificada, de agricultores-multiplicadores e de acondicionadores de sementes certificadas de cereais ou de forragens;
Ao redimensionamento dos serviços oficiais a que estão cometidos o Catálogo Nacional de Variedades (CNV) e a certificação de sementes, de forma a garantir a sua capacidade de resposta às solicitações do Programa.

2.º O Programa cobre todo o território nacional continental, à excepção do Algarve, e está orçamentado para uma primeira fase de cinco anos.

3.º As acções a empreender são:

1) A desenvolver pelos operadores interessados no Programa:

Instalação ou reinstalação de produtores de semente, base ou certificada, de cereais ou de forragens;

Equipamento ou reequipamento de agricultores-multiplicadores ou de acondicionadores de sementes certificadas de cereais ou de forragens;

2) A desenvolver pelos serviços oficiais:

a) Acções junto dos destinatários:

Informação e apoio aos destinatários do Programa;

Recepção, aprovação e acompanhamento dos projectos dos operadores destinatários;

b) Coordenação da execução do Programa e avaliação dos resultados;

c) Modificação estrutural dos serviços a que estão cometidos o CNV e a certificação de semente.

4.º O Programa concretiza-se através:

a) De subprogramas nas áreas de intervenção das direcções regionais de agricultura (DRAs) envolvidas, no que respeita à concessão de subsídios; De instalação ou reinstalação aos produtores de semente, base ou certificada, de cereais ou de forragens;

Ao equipamento ou reequipamento de agricultores-multiplicadores ou a acondicionadores de sementes certificadas de cereais ou de forragens;

b) De um subprograma de modificações estruturais dos serviços oficiais, direccionado ao reequipamento destes serviços.

5.º O INIA fará a coordenação nacional do Programa e prestará apoio técnico na sua execução, sendo para tal coadjuvado pela FENACAM, no âmbito de um contrato de prestação de serviço celebrado ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 96/87, de 4 de Março.

6.º As DRAs são responsáveis pela execução dos subprogramas nas respectivas áreas de intervenção, dispondo, para este efeito, do apoio das caixas de crédito agrícola mútuo (CCAMs) nos termos do contrato a que se refere o número anterior.

7.º Os operadores que podem beneficiar de subsídios através do Programa são os considerados no Decreto-Lei n.º 269/81, de 17 de Setembro, e na Portaria n.º 613/82, de 21 de Junho, isto é, os produtores de semente base, os produtores de semente certificada, os agricultores-multiplicadores e os acondicionadores de sementes.

Os serviços oficiais envolvidos no subprograma «Modificações estruturais dos serviços oficiais» podem somente beneficiar de apoios financeiros quando destinados ao seu reequipamento e à aquisição de meios de transporte.

8.º São considerados em condições de acesso ao subsídio os operadores:

a) Credenciados pela Direcção de Serviços de Controlo de Qualidade de Sementes (DSCQS), do Centro Nacional de Protecção da Produção